



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
COMISSÃO TÉCNICA PARA A MATERIALIZAÇÃO DO
COMPROMISSO POLÍTICO PARA UM DIÁLOGO NACIONAL
INCLUSIVO (COTE)

DOCUMENTO DE APOIO ÀS AUDIÇÕES PÚBLICAS

JUNHO DE 2026

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	4
II. ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS	6
2.1 Principais Questões Apresentadas	6
2.2 Soluções Propostas	7
2.3 Cenários de Política	7
III. ASSUNTOS ELEITORAIS	8
3.1 Principais Questões Apresentadas	8
3.2 Soluções Propostas	9
3.3 Cenários de Política	10
IV. ASSUNTOS FISCAIS	10
4.1 Principais Questões Apresentadas	10
4.2 Soluções Propostas	11
4.3 Cenários de Política	12
V. ASSUNTOS ECONÓMICOS	12
5.1 Principais Questões Apresentadas	12
5.2 Soluções Propostas	13
5.3 Cenários de Política	14
VI. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DESPARTIDARIZAÇÃO	14
6.1 Principais Questões Apresentados	14
6.2 Soluções Propostas	15
6.3 Cenários de Política	16
VII. RECURSOS NATURAIS	16
7.1 Principais Questões Apresentados	16
7.2 Soluções Propostas	17
7.3 Cenários de Política	17
VIII. ASSUNTOS DE JUSTIÇA	18
8.1 Principais Questões Apresentadas	18
8.2 Soluções Propostas	18
8.3 Cenários de Política	19
IX. DEFESA E SEGURANÇA	19
9.1 Principais Questões Apresentadas	19
9.2 Soluções Propostas	20
9.3 Cenários de Política	21

X.	RECONCILIAÇÃO E UNIDADE NACIONAL	21
10.1	Principais Questões Apresentadas	21
10.2	Soluções Propostas	22
10.3	Cenários de Política	22
XI.	DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO	23
11.1	Principais Questões Apresentadas	23
11.2	Soluções Propostas	23
11.3	Cenários de Política	24
XII.	CONCLUSÃO GERAL	25

I. INTRODUÇÃO

O presente documento destina-se a apoiar os Membros da Comissão Técnica para a Materialização do Compromisso Político para um Diálogo Nacional Inclusivo (COTE) nas Sessões Provinciais e Distritais de Audições.

O documento apresenta, de forma simplificada e operacional, os principais resultados das auscultações realizadas no âmbito do Diálogo Nacional Inclusivo (DNI), conduzidas pela COTE.

As auscultações abrangeram todas as províncias do país, a Cidade de Maputo e a diáspora, envolvendo cidadãos, organizações da sociedade civil, líderes comunitários e religiosos, académicos, partidos políticos, representantes do sector privado, jovens, mulheres, pessoas com deficiência e instituições do Estado.

As contribuições recolhidas foram organizadas em dez áreas temáticas:

- 1. Assuntos Constitucionais;**
- 2. Assuntos Eleitorais;**
- 3. Assuntos Fiscais;**
- 4. Assuntos Económicos;**
- 5. Administração Pública e Despartidarização;**
- 6. Recursos Naturais;**
- 7. Assuntos de Justiça;**
- 8. Defesa e Segurança;**
- 9. Reconciliação e Unidade Nacional;**
- 10. Descentralização e Desconcentração.**

Em cada área temática foram apresentadas:

- Principais Questões;
- Propostas soluções;
- Opções de Política organizadas em três cenários:
 - Reforma Profunda;
 - Reforma Moderada;
 - Continuidade.

Assim, durante as Sessões Provinciais e Distritais, recomenda-se que os Membros da COTE:

- Apresentem as Principais Questões Apresentadas;

- Expliquem as Soluções Propostas;
- Apresentem os Três Cenários de Política;
- Incentivem o Debate Público e a Participação Cidadã;
- Recolham Contribuições adicionais;
- Promovam um ambiente de respeito, inclusão e diálogo.

Sugere-se que cada apresentação siga a seguinte sequência:

1. Problema apresentado;
2. Propostas soluções;
3. Cenários de política;
4. Debate e recolha de contribuições.

II. ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS

2.1 Principais Questões Apresentadas

- Excessiva concentração de poderes no Presidente da República, sendo simultaneamente Chefe de Estado, Chefe de Governo, Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança e Presidente do Conselho de Ministros. Além disso, nomeia livremente ministros, magistrados judiciais, o Procurador-Geral da República, o Presidente do Conselho Constitucional, o Presidente do Tribunal Supremo, o Presidente do Tribunal Administrativo, os Juizes Conselheiros e os Reitores das universidades públicas, sem qualquer escrutínio efectivo por parte da Assembleia da República reduzindo o equilíbrio entre os órgãos do Estado e limitando os mecanismos de controlo institucional;
- Acumulação das funções de Chefe de Estado, Chefe de Governo e liderança partidária, concentrando poder político e executivo numa única figura;
- Conflitos institucionais entre Governadores Provinciais eleitos e Secretários de Estado nomeados, criando duplicação de funções e dificuldades de coordenação;
- Excessivo centralismo político e administrativo, limitando a autonomia efectiva das províncias e distritos;
- Partidarização da Administração Pública e de instituições do Estado, afectando a neutralidade institucional;
- Ausência de limites de mandatos em determinados cargos políticos (como o de deputado) e administrativos;
- Sistema de cabeça de lista reduzindo a autonomia dos eleitos perante os partidos;
- Ausência de Tribunal Constitucional com competências amplas de fiscalização constitucional;
- Número elevado de deputados e estruturas governativas, aumentando custos do Estado.

2.2 Soluções Propostas

- Redução dos poderes do Presidente da República, reforçando o equilíbrio entre os órgãos de soberania;
- Separação entre as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo, permitindo maior divisão de responsabilidades;
- Eliminação da figura do Secretário de Estado nas províncias, clarificando a cadeia de governação territorial;
- Criação do Tribunal Constitucional, reforçando a fiscalização constitucional e a independência institucional;
- Despartidarização efectiva do Estado e da Administração Pública;
- Introdução de limites de dois mandatos para determinados cargos políticos e administrativos, como deputados, presidentes de conselhos autárquicos e administradores distritais;
- Eleição directa de Governadores Provinciais e Presidentes de Município;
- Redução do número de deputados para 150 e racionalização de estruturas governativas;
- Reforço da autonomia provincial e distrital.

2.3 Cenários de Política

Cenário 1: Reforma Profunda

Neste cenário, são realizadas mudanças estruturais no sistema político e constitucional. Prevê-se a separação efectiva entre Chefe de Estado e Chefe de Governo, eliminação do sistema de cabeça de lista, reforço da separação de poderes, incompatibilidade entre Presidência da República e liderança partidária, despartidarização efectiva do Estado e maior autonomia política, administrativa e financeira das províncias e distritos.

Cenário 2: Reforma Moderada

Neste cenário, são introduzidas reformas graduais destinadas a melhorar o equilíbrio institucional e reforçar a governação democrática, sem alterar profundamente o modelo político vigente. Inclui limitação parcial dos poderes presidenciais, criação do Tribunal Constitucional, reforço da autonomia local, limitação de dois mandatos para deputados, autarcas e administradores, redução do número de deputados e ministérios, despartidarização administrativa e manutenção do sistema de lista, mas com maior transparência.

Cenário 3: Continuidade com ajustes

Neste cenário, mantém-se o actual modelo constitucional e presidencialista, preservando a organização actual do Estado, o sistema de cabeça de lista, a figura do Secretário de Estado e a actual distribuição de poderes. As reformas limitam-se a alguns ajustamentos administrativos e legais, sem alterações estruturais profundas.

III. ASSUNTOS ELEITORAIS

3.1 Principais Questões Apresentadas

- Partidarização da CNE e do STAE, afectando a percepção de imparcialidade e credibilidade do processo eleitoral;
- Falta de confiança pública nos resultados eleitorais e nos mecanismos de contagem de votos;
- Lentidão na divulgação dos resultados eleitorais, aumentando tensões e especulações pós-eleitorais;
- Alegações recorrentes de fraude, enchimento de urnas e irregularidades processuais;
- Recenseamento eleitoral considerado oneroso, burocrático e vulnerável a exclusões;
- Fragilidade dos mecanismos de contencioso eleitoral;
- Falta de transparência no financiamento dos partidos e campanhas eleitorais;

- Dispersão legislativa sobre leis eleitorais, faltando um código eleitoral único;
- Barreiras de acessibilidade para pessoas com deficiência;
- Uso recorrente de discursos e práticas que aumentam tensões políticas durante os processos eleitorais.

3.2 Soluções Propostas

- Profissionalização e despartidarização gradual da CNE e do STAE;
- Selecção técnica dos membros dos órgãos eleitorais através de concursos públicos;
- Redução dos prazos de divulgação dos resultados eleitorais;
- Introdução gradual do voto electrónico e modernização tecnológica do sistema eleitoral;
- Recenseamento electrónico e biométrico;
- Criação de justiça eleitoral especializada e reforço do contencioso eleitoral;
- Aprovação de um código eleitoral único;
- Reforço da transparência no financiamento político;
- Criminalização da auto-proclamação de vitória antes dos resultados oficiais;
- A realização simultânea de eleições gerais, provinciais e autárquicas;
- A substituição do cartão de eleitor por bilhete de identidade;
- O registo eleitoral contínuo;
- Reforço da participação da sociedade civil e observação eleitoral;
- Observação de princípios de paridade na composição dos órgãos eleitorais.

3.3 Cenários de Política

Cenário 1: Reforma Profunda

Prevê-se uma transformação estrutural do sistema eleitoral, com órgãos eleitorais integralmente técnicos e independentes, recenseamento electrónico e biométrico, introdução do voto electrónico, divulgação dos resultados eleitorais parciais em 48 horas e os definitivos em 7 dias, justiça eleitoral especializada permanente, transparência reforçada do financiamento político e revisão profunda do quadro legal eleitoral.

Cenário 2: Reforma Moderada

São implementadas reformas graduais destinadas a melhorar a transparência, eficiência e credibilidade do sistema eleitoral. Inclui profissionalização dos órgãos eleitorais, introdução do recenseamento electrónico, os tribunais distritais com competência para julgar ilícitos eleitorais, a substituição do cartão de eleitor pelo bilhete de identidade, exclusão dos professores da condução do processo eleitoral, manutenção do voto em papel devido as limitações tecnológicas das zonas rurais.

Cenário 3: Continuidade com ajustes

Mantém-se a actual estrutura eleitoral, incluindo a composição partidária da CNE e do STAE, o modelo actual de votação e os mecanismos vigentes de recenseamento e contagem. Introduzem-se melhorias institucionais, operacionais e logísticas, como redução dos prazos de divulgação dos resultados eleitorais e de investidura dos órgãos eleitos, formação de agentes eleitorais e reforço de equipamentos.

IV. ASSUNTOS FISCAIS

4.1 Principais Questões Apresentadas

- Sistema fiscal considerado injusto, penalizando sobretudo cidadãos de baixa renda e pequenas empresas;
- Excessivas isenções fiscais e benefícios tributários para determinados sectores e grupos económicos;

- Centralização das receitas públicas, reduzindo a autonomia financeira local;
- Fraca transparência na gestão orçamental e aplicação dos recursos públicos;
- Elevada burocracia e baixa digitalização dos serviços fiscais;
- Fraca confiança dos cidadãos no sistema fiscal devido à percepção de corrupção e desperdício;
- Baixa capacidade de arrecadação local e reduzida eficiência da administração tributária;
- Redução das taxas aduaneiras na importação de bens e serviços;
- Sobreposição institucional e lacunas legais que se manifesta na confusão de competências orçamentais entre governos central, provinciais e municipais.

4.2 Soluções Propostas

- Revisão do sistema tributário para promover maior justiça fiscal;
- Redução do IVA sobre produtos básicos e essenciais;
- Maior tributação sobre grandes empresas e actividades de maior rentabilidade;
- Digitalização dos serviços fiscais e simplificação de procedimentos;
- Reforço da transparência orçamental e prestação de contas;
- Maior autonomia financeira para províncias, distritos e autarquias;
- Revisão das isenções fiscais consideradas excessivas;
- Reforço da fiscalização e combate à evasão fiscal.

4.3 Cenários de Política

Cenário 1: Reforma Profunda

Prevê-se uma transformação estrutural do sistema fiscal de longo prazo, incluindo a consolidação constitucional ou legal de princípios de neutralidade fiscal, revisão radical do sistema de arrecadação, por exemplo, com a substituição de impostos ineficientes por novas bases tributárias, forte autonomia financeira e orçamental para os níveis locais, definição de metas rígidas de desempenho e controlo de desperdícios, e a eliminação completa de isenções e privilégios não justificados.

Cenário 2: Reforma Moderada

São introduzidas reformas graduais para simplificar o sistema tributário, reduzir burocracias, reforçar a digitalização e melhorar a redistribuição de recursos para os níveis locais. Inclui revisão legislativa do Código Tributário e do EGFAE/REGFAE, simplificação de impostos, digitalização gradual dos serviços fiscais e orçamentais, criação de cartas de serviços públicos e reforço de plataformas electrónicas, início da descentralização fiscal quer por aumento de transferências, quer pela atribuição de impostos locais, bem como a racionalização das isenções e benefícios fiscais, sem os eliminar de forma abrupta.

Cenário 3: Continuidade com ajustes

Mantém-se o actual modelo fiscal, com acções de curto prazo, introduzindo melhorias administrativas, auditoria das actuais isenções, estabelecimento de regras mínimas de transparência, como concursos públicos e portais de receitas, pequenas mudanças em processos, como a redução pontual de taxas administrativas e do IVA em produtos básicos.

V. ASSUNTOS ECONÓMICOS

5.1 Principais Questões Apresentadas

- Elevado desemprego juvenil e reduzida criação de emprego formal;

- Fraca industrialização e limitada capacidade produtiva nacional;
- Baixo acesso ao crédito para empresas nacionais e pequenos produtores;
- Dependência excessiva de importações de bens e matérias-primas;
- Infraestruturas insuficientes em estradas, energia, armazenamento e logística;
- Crescimento económico pouco inclusivo e concentrado;
- Burocratismo no processo de criação de empresas;
- Fragilidade macroeconómica, pressão cambial e dívida pública elevada;
- Baixa transformação local dos recursos naturais;
- Sistema educativo pouco alinhado as competências requeridas e pouca diversificação da economia nacional;
- Falta de transparência e prestação de conta, burocracia excessiva e sobreposição de estruturas públicas;
- Percepção de exclusão económica em várias regiões do país.

5.2 Soluções Propostas

- Promoção da industrialização e transformação local da produção nacional;
- Apoio à agricultura comercial, agro-indústria e cadeias de valor;
- Expansão do crédito à economia e apoio às PME;
- Formação técnico-profissional orientada para o mercado de trabalho;
- Investimento em infraestruturas económicas e produtivas;
- Incentivos à produção nacional e substituição de importações;
- Reforço da transparência económica e melhoria do ambiente de negócios;
- Promoção da inovação, tecnologia e empreendedorismo juvenil;

- Diversificação da economia e expansão das exportações;
- Maior inclusão económica regional e social.

5.3 Cenários de Política

Cenário 1: Reforma Profunda

Prevê-se uma transformação estrutural da economia nacional, incluindo a adopção de um novo pacto fiscal orientado para a sustentabilidade da dívida, a revisão constitucional ou legal de órgãos de desenvolvimento, forte aposta na industrialização, inovação tecnológica, diversificação produtiva, reforma fiscal e reorganização do papel do Estado na economia. Inclui expansão massiva de infraestruturas, fortalecimento da economia nacional, transformação local dos recursos naturais e maior integração económica regional.

Cenário 2: Reforma Moderada

São implementadas reformas graduais para reforçar a industrialização, expandir infraestruturas, apoiar PME, aumentar o investimento produtivo e promover maior inclusão económica. Prevê-se reforço do crédito, incentivos à agro-indústria, criação de incubadoras de negócios regionais e programas de formação profissional e melhoria gradual do ambiente de negócios.

Cenário 3: Continuidade com ajustes

Mantém-se o actual modelo económico, introduzindo medidas de apoio à produção, emprego e ambiente de negócios. As reformas concentram-se em simplificação regulatória em matérias de licenciamento e registo de terras, certificação de produtos, programas específicos de apoio económico (microcrédito, feiras de negócios e campanhas de divulgação) e expansão gradual de infraestruturas.

VI. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DESPARTIDARIZAÇÃO

6.1 Principais Questões Apresentados

- Partidarização da Administração Pública, afectando a neutralidade do Estado;
- Nepotismo, favoritismo e fragilidade da meritocracia nos processos de recrutamento e progressão;
- Estabilização da estrutura do Governo;
- Excesso de burocracia e lentidão dos serviços públicos;
- Baixa qualidade do atendimento ao cidadão;
- Descentralização da gestão dos subsídios de funeral;
- Concretização da assistência médica e medicamentosa;
- Reintrodução de subsídio de deslocamento;
- Necessidade de retoma dos actos administrativos na função pública;
- Sobreposição de estruturas e conflitos de competências institucionais;
- Fraca digitalização e interoperabilidade dos sistemas públicos;
- Desmotivação dos funcionários públicos devido às condições de trabalho e desigualdades salariais;
- Centralização excessiva das decisões administrativas.

6.2 Soluções Propostas

- Revisão do EGFAE e REGFAE;
- Reforço da meritocracia e transparência nos concursos públicos;
- Simplificação administrativa e digitalização dos serviços;
- Clarificação de competências institucionais entre o poder central, as províncias, os distritos, os órgãos de governação descentralizada e as estruturas de representação do Estado;
- Revisão de estruturas sobrepostas;
- Melhoria das condições de trabalho e incentivos aos funcionários públicos;

- Reforço da neutralidade política da Administração Pública;
- Modernização da gestão pública orientada para resultados.

6.3 Cenários de Política

Cenário 1: Reforma Profunda

Prevê-se uma reorganização estrutural da Administração Pública, baseada na neutralidade política, profissionalização efectiva, avaliação por resultados e separação clara entre Estado e partido.

Cenário 2: Reforma Moderada

São implementadas reformas graduais para reforçar a meritocracia, modernizar os serviços públicos, aumentar a transparência e melhorar o desempenho institucional. Inclui revisão de normas administrativas, introdução de concursos mais transparentes, reforço de mecanismos de mérito, aumento da autonomia operacional das instituições, digitalização gradual e racionalização de estruturas públicas.

Cenário 3: Continuidade com ajustes

Mantém-se a actual estrutura administrativa, introduzindo melhorias na gestão e simplificação de alguns serviços públicos, tais como circulares de mérito, revisão de procedimentos, simplificação de atendimento e digitalização pontual de serviços.

VII. RECURSOS NATURAIS

7.1 Principais Questões Apresentadas

- Fraca governação e coordenação institucional na gestão dos recursos naturais, gerando duplicações e vazamentos de responsabilidade;
- Retenção ao nível central das receitas provenientes da exploração dos recursos;

- Baixa devolução de benefícios para comunidades locais e zonas produtoras;
- Fiscalização insuficiente e degradação ambiental;
- Exportação de matéria-prima sem processamento local;
- Exclusão das comunidades nos processos de decisão;
- Fraca capacidade técnica e institucional do Estado;
- Conflitos ligados ao acesso, uso e distribuição dos benefícios dos recursos naturais.

7.2 Soluções Propostas

- Maior participação comunitária na gestão dos recursos naturais;
- Reforço da fiscalização ambiental e institucional;
- Redistribuição de receitas para províncias, distritos e comunidades locais;
- Promoção da industrialização local e transformação de matérias-primas;
- Revisão das leis dos recursos naturais;
- Reforço da transparência nos contratos e concessões;
- Formação técnica nacional em áreas estratégicas como geologia e engenharia local;
- Promoção da sustentabilidade ambiental e energética.

7.3 Cenários de Política

Cenário 1: Reforma Profunda

Prevê-se uma transformação estrutural da gestão dos recursos naturais, com forte descentralização, redistribuição de poder e receitas, industrialização

local e participação efectiva das comunidades. Inclui ainda descentralização, nova estrutura fiscal do regime de impostos e royalties, participação estatal maioritária nos empreendimentos-chave, diversificação económica.

Cenário 2: Reforma Moderada

São introduzidas reformas graduais para reforçar a governação, aumentar os benefícios locais, melhorar a fiscalização e promover algum processamento nacional dos recursos. Prevê-se reforço da co-gestão, maior participação comunitária, fortalecimento institucional, capacitação local e revisão parcial do quadro legal.

Cenário 3: Continuidade com ajustes

Mantém-se o actual modelo de exploração e gestão dos recursos naturais, com ajustamentos administrativos e reforço da fiscalização.

VIII. ASSUNTOS DE JUSTIÇA

8.1 Principais Questões Apresentadas

- Morosidade processual e atrasos na tramitação de processos;
- Dificuldade de acesso à justiça, sobretudo nas zonas rurais;
- Percepção de corrupção e interferência política no sistema judicial;
- Fragilidade da independência judicial;
- Custos elevados dos processos judiciais;
- Cobertura insuficiente dos tribunais e serviços de justiça;
- Fraca assistência jurídica aos cidadãos mais vulneráveis.

8.2 Soluções Propostas

- Reforço da independência judicial;

- Expansão dos tribunais e serviços de justiça;
- Digitalização processual e modernização dos sistemas;
- Combate à corrupção no sector da justiça;
- Formação contínua de magistrados e funcionários judiciais;
- Fortalecimento da assistência jurídica gratuita;
- Reforço da transparência e prestação de contas.

8.3 Cenários de Política

Cenário 1: Reforma Profunda

Prevê-se uma reforma estrutural do sistema judicial, reforçando a independência, acessibilidade, transparência e confiança pública na justiça, através de mudanças institucionais profundas e fortalecimento dos mecanismos de controlo e integridade.

Cenário 2: Reforma Moderada

São implementadas reformas graduais para modernizar os tribunais, expandir serviços de justiça e melhorar a eficiência processual. Inclui digitalização, reforço institucional e melhoria gradual do acesso à justiça.

Cenário 3: Continuidade com ajustes

Mantém-se o actual sistema judicial, introduzindo melhorias administrativas e reforço de capacidades institucionais.

IX. DEFESA E SEGURANÇA

9.1 Principais Questões Apresentadas

- Persistência do terrorismo e insegurança em algumas regiões do país;

- Fraca confiança entre população e forças de defesa e segurança;
- Condições precárias de trabalho, equipamento e logística das FDS, fruto de desinvestimento ano após ano;
- Politização de algumas estruturas de segurança;
- Violação de direitos humanos e abuso de autoridade;
- Fraca coordenação institucional, com falta de harmonização entre Forças Armadas, Polícia, Inteligência, Justiça, e entidades civis, limitando a resposta integrada as ameaças;
- Segurança pouco sensível ao gênero, sobretudo em contextos de conflito e deslocamentos;
- Desafios na protecção das fronteiras e combate ao crime organizado.

9.2 Soluções Propostas

- Modernização e profissionalização das forças de defesa e segurança;
- Melhoria das condições sociais, salariais e logísticas das FDS;
- Formação contínua em direitos humanos e ética profissional;
- Integração vinculativa da Agenda Mulheres, paz e Segurança para maior participação das mulheres nos processos de prevenção de conflitos, mediação, defesa, segurança e construção de paz;
- Construção de um consenso nacional suprapartidário em torno da Estratégia Nacional de Defesa e Segurança, assegurando a continuidade institucional e a estabilidade estratégica para além dos ciclos políticos;
- Reforço da proximidade entre FDS e comunidades;
- Modernização tecnológica e operacional (capacidades navais, aéreas, fronteiriças, cibernéticas e de protecção de infra-estruturas críticas);
- Reforço da coordenação institucional e da inteligência;

- Promoção da auto-suficiência logística das FDS para reduzir as dependências externas;
- Fortalecimento da confiança pública nas instituições de segurança.

9.3 Cenários de Política

Cenário 1: Reforma Profunda

Prevê-se uma transformação estrutural do sector de defesa e segurança, com forte profissionalização, despolitização, modernização institucional e redefinição do modelo nacional de segurança. As implicações seriam uma mudança profunda do paradigma de segurança nacional, com separação real entre as Forças de Defesa e Segurança e os interesses partidários, maior confiança pública e uma paz duradoura baseada na justiça.

Cenário 2: Reforma Moderada

São introduzidas reformas graduais para reforçar a profissionalização, melhorar condições das FDS, reforçar a coordenação e aumentar a cooperação com as comunidades locais. Inclui a aprovação de uma Estratégia Nacional de Defesa e Segurança baseada em consensos políticos mais amplos, a revisão da legislação sectorial para fortalecer os mecanismos de coordenação entre forças armadas, polícia, inteligência e instituições civis, a modernização progressiva das FDS através de programas plurianuais de investimento e capacitação, a introdução de mecanismos independentes de denúncia, e a integração gradual das abordagens de segurança humana, direitos humanos, protecção de civis e igualdade de género nas políticas e operações de defesa e segurança.

Cenário 3: Continuidade com ajustes

Mantém-se o actual modelo de segurança, introduzindo melhorias operacionais e reforço de meios e capacidades. Este cenário procura preservar estabilidade institucional e operacional imediata.

X. RECONCILIAÇÃO E UNIDADE NACIONAL

10.1 Principais Questões Apresentadas

- Persistência de divisões políticas e sociais;
- Desconfiança entre cidadãos e instituições;
- Exclusão social, regional e económica;
- Fragilidade da coesão nacional;
- Discursos de intolerância e violência política;
- Memórias de conflito ainda presentes em várias comunidades.

10.2 Soluções Propostas

- Promoção do diálogo permanente;
- Educação para cidadania, paz e tolerância;
- Inclusão política, económica e social;
- Envolvimento das confissões religiosas na reconciliação nacional;
- Aprofundar a descentralização financeira e administrativa e reforçar as autonomias locais;
- Valorização da diversidade cultural;
- Mecanismos locais de reconciliação e mediação;
- Reforço da coesão nacional e identidade moçambicana.

10.3 Cenários de Política

Cenário 1: Reforma Profunda

Prevê-se a construção de um novo pacto nacional de reconciliação, baseado em reformas estruturais de inclusão política, económica e social e fortalecimento da unidade nacional.

Cenário 2: Reforma Moderada

São reforçados programas de inclusão social, diálogo político, educação cívica e iniciativas comunitárias de reconciliação, visando fortalecer gradualmente a coesão nacional. Inclui actos normativos para criar legislação sobre reconciliação, incluindo a proibição de incitação étnica, a nomeação de

comissões de verdade ou memória histórica e a alocação de fundos para programas de reintegração. Prevê também a despartidarização gradual de certas instituições, o fortalecimento de mecanismos de diálogo permanente, o aumento da descentralização orçamental com planos de desenvolvimento local participativos, desencadeamento de um movimento nacional de educação para a cidadania e patriotismo e criação de um Conselho Nacional de Paz e Coesão Nacional.

Cenário 3: Continuidade com ajustes

Mantêm-se os actuais mecanismos de reconciliação e promoção da unidade nacional, com expansão das iniciativas existentes, com acções, como carta de serviço para sessões de diálogo, sensibilização cívica básica e reforço de programas sociais emergenciais sem alterar leis. Inclui ainda auditorias de conteúdos neutros, como levantamento de vítimas, mas sem novos marcos legais significativos.

XI. DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO

11.1 Principais Questões Apresentadas

- Excessiva centralização do poder político, administrativo e financeiro;
- Baixa autonomia financeira das províncias, distritos e autarquias;
- Sobreposição de competências entre diferentes órgãos do Estado;
- Fraca capacidade institucional local;
- Dependência financeira do nível central;
- Limitações na prestação de serviços públicos locais.

11.2 Soluções Propostas

- Reforço da autonomia local;
- Descentralização financeira e administrativa;
- Clarificação de competências institucionais do Secretário de Estado;
- Aceleração da transferência efectiva de competências e recursos;

- Fortalecimento das capacidades locais;
- Revisão das estruturas de governação territorial;
- Modernização da administração e da gestão fiscal, através da digitalização de cadastros municipais, sistemas tributários locais e bases de arrecadação, visando aumentar receitas e reforçar a sustentabilidade financeira das autarquias.

11.3 Cenários de Política

Cenário 1: Reforma Profunda

Prevê-se uma descentralização política, administrativa e financeira mais ampla, com maior autonomia provincial e distrital e redistribuição efectiva de competências e recursos.

Cenário 2: Reforma Moderada

São implementadas reformas para reforçar a autonomia local, eliminar um dos níveis de descentralização e manter apenas dois, melhorar a descentralização financeira e fortalecer capacidades institucionais locais, preservando o carácter unitário do Estado, mas introduzindo melhorias relevantes ao nível legislativo, institucional, fiscal e administrativo.

Cenário 3: Continuidade com ajustes

Mantém-se o actual modelo de governação territorial, introduzindo apenas pequenos ajustamentos administrativos e financeiros.

XII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As auscultações do Diálogo Nacional Inclusivo revelaram amplo consenso nacional sobre a necessidade de reformas estruturais em diferentes áreas da vida política, económica, administrativa e social do país.

Apesar das diferenças quanto à profundidade e velocidade das reformas, emergem preocupações comuns:

- Reforço da confiança nas instituições;
- Melhoria da governação;
- Inclusão política, económica e social;
- Descentralização do poder;
- Profissionalização do Estado;
- Justiça social e coesão nacional.

Os cenários apresentados procuram organizar as diferentes sensibilidades recolhidas nas auscultações, oferecendo opções que variam entre continuidade, reforma gradual e transformação profunda.

O presente guião deverá ser usado com as necessárias adaptações em função do grupo alvo.

Maputo, Junho de 2026